

RELATÓRIO E CONTAS

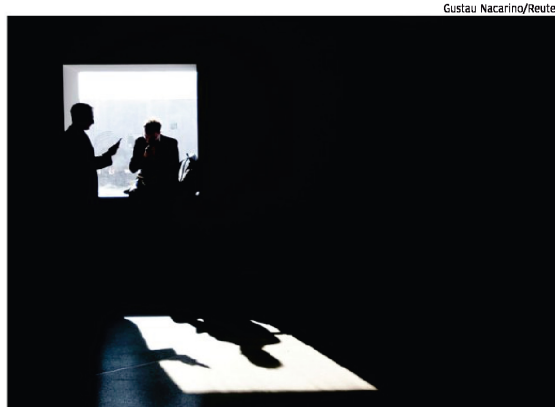
Treinadores de bancada da justiça, “revisited”



RUI PATRÍCIO
Advogado

Num livrinho que publiquei em 2011 (“Mapa-Múndi da Justiça”), incluí um texto, escrito numa visita à Malásia há cerca de 10 anos, em que contava uma pequena história e com ela comparava os opinantes sobre temas de justiça aos treinadores de bancada do futebol. E fazia-o em tom bastante crítico. Não renege esse texto. Aliás, os anos entretanto decorridos e o que neles entre nós aconteceu em matéria de opinião sobre temas de justiça e processos fizeram com que eu muitas vezes o recordasse e pensasse que poderia hoje voltar a publicá-lo. Mas uma coisa é certa, e é isso que quero agora salientar, sobretudo tendo presente o frenesim opinativo sobre um processo em que intervenho como advogado (ao qual chamam Operação Marquês) e especialmente um episódio recente do mesmo em que estive diretamente envolvido: é que naquele texto fui injusto na comparação, fui injusto para os treinadores de bancada do futebol. Direi aqui e agora porquê, sendo que as razões são duas. Mas não haja inquietações, não falarei evidentemente sobre o processo; desde logo porque em Portugal os advogados e os outros agentes do judiciário não devem falar dos seus casos concretos, deixando essa atividade à opinião de quem pouco ou nada sabe da matéria (incluindo opinantes de generalidades e especialistas do “et cetera” e até oráculos da nação) ou a outros interessados (e às vezes muito “engagé”) nos assuntos em causa.

Primeira razão, e “brevitatis causa”: os treinadores de bancada da justiça ou



Gerir o silêncio é-lhes estranho, têm horror a dizer que não falam porque não sabem.

de processos podem causar um mal maior do que os que se digladiam no dia seguinte sobre o jogo da véspera. Seja porque o que está em causa na justiça é muito mais sério (sem desprimor para o desporto-rei). Seja porque as agendas, as filiações e as intenções de quem fala de bola são bem mais claras, e por isso bem menos perversas, do que as de muitos que mandam “bitaites” sobre justiça e processos e que, mesmo não sabendo às vezes do que falam, não conseguem estar calados e resistir ao horror da folha em branco ou do espaço televisivo ou radiofónico por preencher.

Segunda razão: embora uns e outros comentem e opinem do alto do confor-

to que a bancada dá, sem terem a responsabilidade, o trabalho e os encargos, gostos e desgostos da intervenção concreta (ou seja, nem uns nem outros treinam ou jogam, limitam-se a falar), a verdade é que quem treina futebol a partir da bancada fá-lo, pelo menos, sobre algo que viu, ou seja, o jogo. Fala de lances, e viu-os, opina sobre fintas, e viu-as, os dribles, os remates, as faltas e os golos foram à vista de todos, e por isso quem comenta e opina não o faz sobre suposições, especulações, adivinhas ou processos de intenção. Mas isso não acontece em muitos casos de treinadores de bancada da justiça ou de processos, que falam sobre o que não conhecem ou não conhecem bem, que especulam sobre especulações, que constroem teses sobre suposições, colocando-se em bicos de pés sobre bases cuja solidez não sabem sequer se existe, porque não viram, não ouviram, não conhecem, não leram e não apreciaram. Simplesmente, não resistem ao pedido de opinião ou, mais grave, não conseguem estar calados. Gerir o silêncio é-lhes estranho, têm horror a dizer que não falam porque não sabem. É pena e é triste, sobretudo quando quem opina tem especial obrigação – pela experiência de vida, pelo estatuto e/ou pela profissão – de saber que o silêncio, mesmo sendo difícil, pode ser uma belíssima virtude, quer privada, quer sobretudo pública. ■

Coluna mensal à sexta-feira
Este artigo está em conformidade com o novo Acordo Ortográfico